



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Política Social e Serviço Social feministas, raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Política de Educação**

**PRIVATIZAÇÃO ESTRUTURAL DO ENSINO SUPERIOR NO CAPITALISMO DEPENDENTE:  
novidades e descontinuidades no Brasil**

**ROCIO TAMARA MUÑOZ AGUIRRE<sup>1</sup>**

**KARLLA STRICKER MENDES<sup>2</sup>**

**GIULIA FERREIRA TRIDA<sup>3</sup>**

**RESUMO:** O artigo é reflexões coletivas sobre a privatização do Ensino Superior como elemento estrutural e dinâmico em países capitalistas dependentes, como o Brasil. É feito o debate sobre a realidade brasileira, o processo de privatização e sua manifestação na Formação em Serviço Social. A metodologia é a pesquisa bibliográfica. Compreende-se que há projetos antagônicos, de interesse do grande capital.

**Palavras-Chave:** Privatização, Ensino Superior, Capitalismo Dependente.

**RESUMEN:** El artículo es una reflexión colectiva sobre la privatización de la Educación Superior como elemento estructural y dinámico en países capitalistas dependientes, como Brasil. Hay un debate sobre la realidad brasileña, el proceso de privatización y su manifestación en la Formación en Servicio Social. La metodología es la investigación bibliográfica. Se entiende que hay proyectos antagónicos, de interés para el gran capital.

**Palabras Clave:** Privatización, Educación Superior, Capitalismo Dependiente.

## **INTRODUÇÃO**

O artigo é fruto de reflexões coletivas realizadas no Grupo de Estudos e Pesquisas que envolve a Graduação e a Pós-graduação, em uma Universidade Pública. A temática vincula-se

---

<sup>1</sup> Universidade de Brasília

<sup>2</sup> Universidade de Brasília

<sup>3</sup> Universidade de Brasília



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

aos estudos realizados sobre educação superior e Serviço Social no capitalismo dependente. Na atual conjuntura, observa-se uma restauração conservadora que se aprofunda com o adensamento da expansão privada, e a oferta de matrículas, metamorfoseando o sentido da “democratização do acesso” ao Ensino Superior. Tal lógica tem raízes antidemocráticas, uma vez que se constitui como forma de atenuar a pobreza, acentuar a individualização de responsabilidades e expandir ainda mais a mercantilização, mediante processo de contrarreformas alicerçadas em interesses mercadológicos que desmantelam a política de educação superior brasileira, como parte constitutiva do projeto do capital para a educação no país. A crise estrutural contemporânea do capitalismo supervaloriza o mercado e impulsiona a mercantilização da educação superior, via fundo público<sup>1</sup> com transformações e repercussões para os trabalhadores.

Neste contexto, este artigo abordará: a) A educação superior a partir do reconhecimento das particularidades da formação social do Brasil e do desenvolvimento do capitalismo dependente no cenário nacional; b) Os projetos antagônicos para a Educação Superior no Brasil; e c) A relação entre o Projeto Privatista de Educação Superior e seu impacto na particularidade da Formação Acadêmico-Profissional em Serviço Social.

### **Formação Social Brasileira, Capitalismo Dependente e Educação Superior.**

Para compreensão das determinações estruturais e dinâmicas do capitalismo dependente, recorre-se à contribuição de Fernandes (1975a), que explica que o tipo de capitalismo que se estabeleceu na América Latina, e particularmente no Brasil, encontrando suas raízes na crise do antigo sistema colonial, de onde extraiu os seus dinamismos organizadores e evolutivos que foram incorporados à economia, à tecnologia e à institucionalidade das nações hegemônicas. Fernandes (1975a) parte de uma interpretação sociológica que reflete, histórica e estruturalmente, os tipos de dominação externa que tornaram a América Latina dependente do capitalismo dos países centrais.

Deve-se compreender que a dependência no Brasil, segundo Fernandes (1975a, p. 54, grifo nosso), não é uma mera “*condição* ou *acidente*”, a articulação estrutural e dinâmica, entre os pólos externos (países hegemônicos centrais) e internos (burguesia local), requer a existência de

---

<sup>1</sup> Há um sistema político que regula, e não apenas de mercado. Como exemplo, “temos o fundo público onde o Estado é convocado a disponibilizar parte significativa do fundo público para a reprodução ampliada do capital, para o circuito de produção e realização do valor” (Behring, 2018, p. 46), passando a ser um processo basilar de acumulação.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

“uma permanente vantagem estratégica do polo hegemônico, aceita como *compensadora, útil e criadora* pelo outro pólo” (Fernandes, 1975a, p. 54, grifos do autor). Tal parceiro interno se empenha em garantir as condições almejadas pelos parceiros externos, vendo, nessas condições, possibilidades para que o processo seja mais lucrativo, rápido e seguro. Os polos dinâmicos internos são importantes, para a existência, continuidade e para o aperfeiçoamento do capitalismo dependente, razão pelas quais a “junção dos dinamismos econômicos internos e externos cria uma realidade que varia no sentido de reproduzir-se através de novas condições ou de novas combinações” (Fernandes, 1975a, p. 56).

A relação que se cria entre os países centrais e os países dependentes é de autonomia/heteronomia, “uma concepção ancorada na capacidade ou não de decisão, direção e gestão do processo e de reprodução do capital” (Cardoso, 2005, p. 15). A heteronomia, assim, se constitui como processo essencial para a manutenção da dependência, presente nas relações sociais em todos os campos da sociedade. O padrão de acumulação de capital é inerente à associação dependente, ao mesmo tempo em que a dependência se intensifica, ela redefine o subdesenvolvimento. Esse subdesenvolvimento, gerado pelo capitalismo dependente, não é apenas econômico, também é social, cultural e político, e possibilita que estruturas socioeconômicas herdadas do passado convivam com a formação de estruturas socioeconômicas novas, ou seja, o que “une o arcaico ao moderno e suscita seja a arcaização do moderno, seja a modernização do arcaico” (Fernandes, 1975a, p. 61). Isto porque:

O capitalismo dependente não tem condições para gerar uma ordem social competitiva, estável e dinâmica. O subdesenvolvimento econômico não só envolve a perpetuação de estruturas econômicas mais ou menos arcaicas. Promove modernização limitada ou segmentada em todos os níveis da organização da economia, da sociedade e da cultura, ou seja, o subdesenvolvimento paralelo em todas as esferas da vida (Fernandes, 1975a, p. 64).

Sendo assim, o capitalismo dependente não tem a função de viabilizar a ordem social nos países periféricos, seguindo os requisitos ideais destes países, mas, ao contrário, visa atendê-los no limite da racionalidade inerente ao capitalismo dependente: “isto é, de modo a privilegiar e a maximizar a acumulação dual e repartida do excedente econômico nacional” (Fernandes, 1975a, p. 64). Essa maximização ocorre a partir da superexploração de sua força de trabalho e da sobreapropriação do excedente econômico, que são extremamente intensificadas (Cardoso, 2005).

Esse processo também requer uma combinação especial de padrões democráticos e autoritários ou autocráticos de comportamento político, sendo que o Estado se constitui em uma instituição-chave “de autodefesa das classes privilegiadas e de controle da sociedade nacional pelas elites dessas classes” (Fernandes, 1975a, p. 103). O elemento político é decisivo para os mecanismos de estabilidade e de mudança da ordem social, por causa da dependência e do subdesenvolvimento, sujeitos em maior extensão e profundidade às formas de dominação e de controle político, analogamente à relação entre as classes sociais.

Para Fernandes (1966b), os países dependentes são os que mais precisam da educação enquanto fator social construtivo, pois é por meio dela que podem mobilizar o elemento humano e inseri-lo no sistema de produção nacional, alargando seu horizonte cultural e adaptando-o ao presente em uma complicada teia de aspirações, que só têm sentido e continuidade em meio a tendências autônomas de desenvolvimento econômico e de progresso social. Porém, nos países capitalistas dependentes, a educação tem outra finalidade: não desenvolver mecanismos autônomos educacionais, mas “precisa da educação para formar novos tipos de personalidade, fomentar novos estilos de vida e incentivar novas formas de relações sociais, requeridos ou impostos pela gradual expansão da ordem social democrática” (Fernandes, 1966b, p. 351) dependente. O desenvolvimento educacional precisa ser posto em análise para conhecer o seu significado social e verificar como afeta a organização societária e a dinâmica das relações de transmissão da cultura. Isso porque o dilema das nações dependentes se vincula à natureza e às funções do subdesenvolvimento e da heteronomia, que acarretam desdobramentos nas dimensões cultural, econômica, social e política (Fernandes, 2020c).

De acordo com Fernandes (1975d) para compreender o Ensino Superior no Brasil, é preciso considerá-lo a partir da formação dependente (social, política, econômica e cultural) da sociedade, o que interfere diretamente na constituição de tal ensino superior. Isto se justifica porque as estruturas educacionais brasileiras herdaram, da estrutura colonial, senhorial e escravista, “níveis ínfimos de aspiração educacional, a propensão de bloquear a democratização do ensino e a concepção de Ensino Superior (como) um privilégio de elites das classes possuidoras” (Fernandes, 1975d, p. 72).

Afirma-se, a partir da obra florestaniana e dos estudos coletivos realizados em Grupo de Estudos e Pesquisas, que a permanência da heteronomia, ou a ausência de um projeto de nação autônomo, também atinge a educação brasileira. Isto se relaciona ao fato de que a burguesia local concentra-se sempre na busca por “novas articulações sob o amparo do projeto neoliberal,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

promovendo arranjos e rearranjos na hegemonia burguesa local em associação com a hegemônica em prol dos seus interesses privatistas também na educação”. (Aguirre; Duarte; Oliveira; Silva, 2023, p. 5-6). A partir desses interesses, estrutura-se um projeto educacional a favor do capital, que se manifesta como um dos projetos principais que disputam influência na política educacional brasileira.

### **Os projetos antagônicos de Educação Superior no Brasil**

Para refletir sobre os projetos antagônicos de educação que se expressam na realidade brasileira é necessário compreender a função social da educação na sociabilidade burguesa. A educação, na concepção de Fernandes (1966b, p. 71), não atua "como uma força unilateral e cega", mas é determinada pelos valores e comportamentos do padrão de sociabilidade em que está inserida. Dessa maneira, "existe uma interdependência estrutural e dinâmica entre a educação e a sociedade, em consequência da qual: 1.º) a educação forma o homem; e 2.º) o homem define o valor social da educação" (Fernandes, 1966b, p. 71).

A política educacional brasileira, como produto da sociabilidade burguesa e dependente, é reflexo das estruturas que determinam a dependência. Forma-se, assim, um padrão dependente educacional que tem as regras ditadas pelos organismos internacionais e que é defendido pela burguesia local, não como um projeto de desenvolvimento nacional, mas como um projeto privatista e particularista burguês. O próprio padrão de acumulação capitalista dependente, que combina formas arcaicas e modernas de exploração, define os limites possíveis para a educação brasileira, que impossibilitam a sua universalização e democratização (Leher, 2018).

Dessa maneira, a educação na sociabilidade burguesa dependente é concebida como ferramenta para a capacitação de pessoal para o mercado de trabalho, assim como para a transmissão de valores que legitimam e reproduzem a dominação (Mészáros, 2008). Portanto, a educação no capitalismo dependente assume o papel de 1) campo de exploração rentável ao capital; 2) formação aligeirada e minimamente qualificada voltada aos filhos da classe trabalhadora; e 3) formação de perfis dirigentes voltada aos filhos da burguesia (Lima, 2019).

Em consonância com as contradições inerentes a uma sociedade de classes, o campo educacional é um dos espaços em que a luta de classes se manifesta, materializando-se a partir de dois projetos antagônicos e inconciliáveis de educação e de sociedade: 1) o projeto do capital, construído a partir dos interesses burgueses, locais e externos, com vista à reprodução da

dependência e à lucratividade do capital; e 2) o projeto da classe trabalhadora, construído na contracorrente pela defesa da educação pública, presencial e de qualidade como direito social, assim como pela luta pela transformação radical da sociedade.

A privatização da educação, como eixo estruturante do projeto educacional do capital, promove uma educação acrítica, segundo a lógica do capital humano, subordinando a produção científica aos interesses do mercado, garantindo a reprodução dos valores do capital ao mesmo tempo em que gera lucro. Nesse sentido, de forma mais contundente a partir da Contrarreforma do Estado brasileiro, promove-se a desresponsabilização do Estado e a concepção da educação como mercadoria, em detrimento da sua identificação como direito social.

A partir das análises de Duarte e Lima (2022), a privatização da educação superior na realidade brasileira pode ser reconhecida em três meios: 1) Pelo aumento quantitativo de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e de suas matrículas; 2) Pelos cortes orçamentários às universidades públicas, concomitante com o uso do fundo público pelo repasse de verbas e isenções tributárias às instituições privadas, via programas como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa de Financiamento Estudantil (FIES); 3) Pelas parcerias público-privadas que promovem uma privatização interna das universidades públicas, por meio de programas como o Future-se.

O projeto do capital coloca as universidades e a produção de conhecimento à disposição dos interesses privatistas (mercado), gerando impasses à construção e à socialização de conhecimento crítico e à construção de consciência política, esvaziando a educação superior de sua função social para o projeto da classe trabalhadora que busca solucionar os dilemas sociais de seu tempo histórico (Fernandes, 2020c). Por outro lado, o projeto educacional da classe trabalhadora se apresenta como resistência ao avanço do capital, somando-se aos movimentos sociais e à luta que ultrapassa os limites das universidades, reivindicando não só uma reforma educacional que privilegie a educação pública, presencial e de qualidade, mas que também possibilite a transformação social como pré condição para uma educação superior conectada com esta nova sociedade. Neste contexto, as universidades apresentam um papel essencial, visto que:

a relevância das lutas se espalha para além da importância da deleção ou do protesto, mas invade a urgência do questionamento da realidade, a produção crítica do conhecimento, o desenvolvimento de pesquisas afinadas com as questões nacionais, uma vez que a produção crítica e qualificada do conhecimento pode também se constituir como uma das estratégias de resistência aos tempos atuais (Duarte; Lima, 2022, p. 20).

Dessa maneira, os projetos antagônicos de educação e sociedade se manifestam na realidade, avançando, mais ou menos, a depender da luta de classes em determinado período histórico. O projeto privatista, como parte central do projeto do capital, avança nos últimos anos em consonância com a agenda neoliberal, trazendo novos desafios para a educação e para a formação em Serviço Social.

### **O projeto privatista e suas implicações para a Formação Acadêmico-Profissional em Serviço Social: o ensino privado em questão**

O adensamento da expansão do Ensino Superior e o crescimento exponencial do ensino a distância (EAD) podem ser vistos através dos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sobre o Censo do Ensino Superior de 2022 (Brasil, 2023), revelando que das Instituições de Ensino Superior (IES) existentes hoje no Brasil, a predominância é da rede privada: 55,8% privadas com fins lucrativos; e 32,1% privadas sem fins lucrativos, totalizando 87,9%. Enquanto as Instituições públicas representam 12% do universo educacional: 4,6% Federais; 5,1% Estaduais; 2,3% Municipais.

A superioridade em termos numéricos é substancial para analisar o vínculo com os setores empresariais. Outro dado importante a ser considerado tem a ver com a modalidade do ensino na graduação: presencial e a distância (EAD). Sobre as matrículas, destaca-se que 65,2% se concentram na modalidade EAD, enquanto 34,8% estão no ensino presencial. Destas matrículas em cursos de graduação, 89% pertencem às IES privadas e 11% às IES públicas.

Esse dado mobiliza e reforça o debate sobre o sentido da “democratização” do acesso à educação superior, que não se explica apenas pela expansão em curso, que já ocorre “no contexto do ajuste neoliberal e da assim chamada mundialização do capital, que tem na predominância financeira sua marca mais saliente e operacional” (Sguissardi, 2015, p. 871). A expansão vem ocorrendo desde 1997, “[...] quando se abriram as chancelas para a efetiva constituição de IES com fins lucrativos e, principalmente, a partir de 2007, quando da abertura de capital e IPO na Bolsa de Valores” (Sguissardi, 2015, p. 871). O direito à educação superior é um direito fundamental, porém, como afirma Sguissardi (2015), por não ser obrigatório e gratuito, como o Ensino Fundamental, torna-se um direito mais frágil<sup>2</sup>, do ponto de vista da sua garantia

---

<sup>2</sup> Conforme o disposto no Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] V - acesso aos níveis mais elevados de ensino (educação superior), da pesquisa e da criação artística, *segundo a*



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

efetiva. No discurso corrente, a expansão se associa à inclusão de um maior número de estudantes, com vistas a atender ao mercado de trabalho. Pereira (2022) afirma que esta lógica, da “democratização”, assume uma posição de superação da condição de pobreza, a oferta de vagas constitui-se em um mercado amplo, ao qual, “todos” podem ter acesso.

É necessário ultrapassar esse entendimento por conter pilares ideológicos neoliberais<sup>3</sup>, que reforçam o individualismo e a naturalização das relações baseadas na divisão de classes e do mercado como instância máxima de sociabilidade. Reforça-se a falácia da “incapacidade” do Estado, tanto administrativa como financeira, em responder às necessidades e pressões educacionais, o que justificaria, em termos dominantes, a expansão do Ensino Superior privado. Isso, principalmente nos países considerados dependentes (pobres e/ou em desenvolvimento) em que o déficit educacional é maior. Assim, a educação privada serviria para suprir a demanda que o Estado não teria condições de atender, isto porque, na verdade, este deve remanejar recursos para atender aos interesses privatistas.

Cabe considerar que o “atendimento mercantil das demandas por educação, constituída como serviço, oculta, na prática, a substituição do direito social pelo acesso financeirizado para as classes dominantes, a formação aligeirada e não democrática [...] o direito à educação assume a condição cada vez mais lucrativa de mercadoria” (Aguirre; Duarte; 2024, p. 124). Isto ocorre porque, a educação superior “é atravessada por essas múltiplas determinações, as quais só podem ser capturadas, para fins do seu enfrentamento, no movimento da realidade concreta, a partir de um referencial teórico assentado na teoria crítica” (Aguirre; Duarte, 2024, p. 124).

A predominância de IES privadas e o aumento de matrículas nos cursos de graduação na modalidade à distância (EAD) são o ponto de partida para refletir sobre o adensamento da expansão do Ensino Superior privado no Brasil, país de inserção dependente no capitalismo mundial, em que perpassam questões de âmbito econômico, político, social e cultural. Estes são elementos, estruturais e dinâmicos, que determinam a direção da educação superior e influem na Formação em sua totalidade, como na particularidade do Serviço Social.

---

*capacidade de cada um* (Brasil, 1988, grifos nossos). Disponível em: [https://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/constituicao\\_educacao.pdf](https://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/constituicao_educacao.pdf). Acesso em: 15 mar. 2024.

<sup>3</sup> Compreende-se que o neoliberalismo tem sido um veículo de restauração do poder econômico e político e que é preciso identificar as forças existentes por trás dessa base ideológica e econômica, bem como as classes que se beneficiam dela: as classes burguesas (Harvey, 2008).





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

O último ENADE/2022<sup>4</sup> avaliou 309 cursos de Serviço Social em nível nacional. Cabe destacar que, para esta avaliação, não foi avaliada a totalidade dos cursos de Serviço Social no Brasil, somente cursos que tinham turmas concluintes, e com estudantes inscritos. A Tabela 1 apresenta a distribuição dos cursos no território nacional.

Tabela 1 – Distribuição absoluta e percentual na linha de cursos participantes, por categoria administrativa e modalidade de oferta, segunda a grande região – Enade/2022 – Serviço Social.

Grande Região	Total	Categoria Administrativa		Modalidade de Oferta	
		Públicas	Privadas	Presencial	A distância
Brasil	309 100,0%	65 21,0%	244 79,0%	247 79,9%	62 20,1%
CO	19 100,0%	4 21,1%	15 78,9%	18 94,7%	1 5,3%
NE	115 100,0%	18 15,7%	97 84,3%	98 85,2%	17 14,8%
NO	31 100,0%	7 22,6%	24 77,4%	24 77,4%	7 22,6%
SE	100 100,0%	21 21,0%	79 79,0%	78 78,0%	22 22,0%
SUL	44 100,0%	15 34,1%	29 65,9%	29 65,9%	15 34,1%

Fonte: MEC/INEP/DAES – ENADE/2022.

A partir dos dados contidos na Tabela 1 sobre a avaliação do ENADE/2022, podemos concluir que a predominância da Formação em Serviço Social, está ocorrendo em Instituições de Ensino privadas 79%. Isto em todas as regiões do país. As IES públicas contemplam 21% da Formação. No que diz respeito à modalidade de ensino, observa-se que predomina o ensino presencial com 79,9% em todas as regiões, o ensino a distância contempla apenas 20%.

De acordo com Guerra (2018), é preciso situar a Formação Acadêmico-profissional diante das contradições concretas que marcam a atual conjuntura. A formação profissional deve ser analisada com coerência e consistência a partir da articulação entre as dimensões da profissão de Serviço Social, tais como a teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, a fim de incorporar aquilo que Guerra (2018, p. 26) diz ser fundamental: “identificar a linha de continuidade entre o surgimento do debate sobre os fundamentos e as condições do ensino na atualidade”. O principal objetivo deve ser:

<sup>4</sup> Ver Relatório Síntese de Área - Serviço Social/2022, disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enade/resultados>. Acesso em: 05 nov. 2023.

Descortinar novos e velhos impasses, na consolidação de um projeto de formação que se expressa nas diretrizes curriculares e que vem requisitando estratégias didático-pedagógicas e o estabelecimento de mediações entre a produção de conhecimento crítico e a efetivação de respostas alternativas às atuais condições/relações de trabalho e requisições institucionais (Guerra, 2018, p. 26).

Para compreender como esse processo em curso vem afetando a formação dos futuros assistentes sociais, oriundos do âmbito privado, com uma formação em modalidades distintas, presencial e EAD, é fundamental considerar na análise o próprio processo de construção dos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social, pois aqui se concorda com o ponto de vista de Lewgoy (2010), segundo o qual, para se pensar contemporaneamente a formação profissional, deve-se integrar o complexo debate sobre a relação educação/trabalho. Também significa refletir sobre as formas reificadas que transformam o processo educacional em uma mercadoria, o que também implica debater sobre as atribuições e o significado da profissão de Serviço Social perante as forças sociais presentes na sociedade e como profissão inscrita na divisão social do trabalho, devendo-se estabelecer uma estreita articulação entre trabalho profissional e a formação profissional (Lewgoy, 2010). Desse modo, é importante ressaltar que as atuais exigências do mercado, no contexto neoliberal, incidem sobre a formação profissional, demandando uma formação aligeirada e tecnicista, voltada para atender exclusivamente às necessidades imediatas do mercado de trabalho, incumbindo o profissional a dar respostas às demandas sociais afinadas com os interesses dominantes na pela sociabilidade capitalista.

É preciso considerar todos esses elementos presentes no plano mais geral, já que a mercantilização da educação é um elemento estruturante do capitalismo dependente, conseqüentemente, também do neoliberalismo, em que a educação superior sofre as conseqüências da intensificação da privatização, sob novas faces, diante da dependência e do desenvolvimento desigual e combinado no capitalismo. No plano particular, a Formação em Serviço Social impõe o desafio de materializar as ações previstas pelas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social de 1996, aprovadas e defendidas coletivamente, pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em consonância com o Projeto Ético Político Profissional, em oposição às Diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação em 2002, que subtraem elementos importantes da formação acadêmico-profissional, sobretudo no que diz respeito à matriz teórico-crítica (Ortiz, 2013).

## **CONSIDERAÇÕES**



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

O artigo realiza algumas reflexões sobre as condições em que se estabelece o capitalismo dependente na América Latina, em diálogo com o autor Florestan Fernandes, e evidenciando aspectos centrais da privatização do ensino superior no Brasil. Considerando as condições específicas e particulares brasileiras, buscou-se explicar sobre as determinações do desenvolvimento capitalista dependente, sendo o “atraso” ou subdesenvolvimento condição funcional e fundamental para o progresso e desenvolvimento dos países de capitalismo, o que se constitui como fator de agravamento da questão social latino-americana. Assim, o capitalismo não é homogêneo, ou seja, não existe um único padrão de desenvolvimento capitalista universal e invariável, mas sim vários padrões de desenvolvimento capitalista (Fernandes, 1975a) que coexistem e que se relacionam. Considerando isso, os dilemas típicos das sociedades latino-americanas, em particular a brasileira, são resultantes de processos e estruturas econômicas, sociais, culturais e políticas internas. Isto porque tais países carregam as marcas da sua histórica condição colonial e heterônoma, em que o sistema econômico-político-social de organização da produção, acontece de forma dependente e subdesenvolvida, complementar e subsidiária em relação aos centros capitalistas avançados e desenvolvidos. Tal realidade histórico-social vai implicar em desafios e limites estruturais à política de educação brasileira que também segue um padrão dependente (Duarte, 2021).

Assim, a política de educação superior também se relaciona com o conjunto de determinações econômicas, políticas e culturais, e, ao mesmo tempo, tem seu viés ideológico de renovação da dominação burguesa. Por isso, partiu-se da compreensão dos projetos antagônicos educacionais diante do movimento da sociedade burguesa.

A privatização da formação superior está destinada a dar continuidade ao processo de rentabilização ao setor privado, na gestão dos interesses do grande capital, no imperialismo dos grandes aglomerados e universidades conservadoras, caminhando em direção ao padrão dependente educacional no Brasil, constituindo como eixo estruturante da política de educação superior brasileira.

## REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Tamara; DUARTE, Janaina; OLIVEIRA, Ana; SILVA, Juliana. EDUCAÇÃO SUPERIOR E FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE: desafios estruturais e dinâmicos diante do ERE. **ANAIS da XI Jornada Internacional de Políticas Públicas** - 19 a 22 de setembro de 2023. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, 2023. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

[https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2023/images/trabalhos/trabalho\\_submissaold\\_2135\\_213564656c7fb67e5.pdf](https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2023/images/trabalhos/trabalho_submissaold_2135_213564656c7fb67e5.pdf). Acesso em 23 de Jun.2024.

AGUIRRE, Tamara; DUARTE, Janaina. Dependência e heteronomia educacional brasileira: mercantilização da educação superior como importante expressão. **Argumentum**, Vitória, v. 16, n. 1, p. 114-126, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/41829> Acesso em: 24 de Jun. 2024.

BRASIL. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório Síntese de Área: Serviço Social 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exameseducacionais/enade/resultados>. Acesso em: 31 out. 2023.

BRASIL, **CONSTITUIÇÃO FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Disponível em: [https://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/constituicao\\_educacao.pdf](https://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/constituicao_educacao.pdf) Acesso em: 15 mar. 2024.

BRASIL. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2022**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/censo-da-educacao-superior-2022-notas-estatisticas> Acesso em: 15 de out. 2023.

BEHRING, Elaine R. Estado no Capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. *IN: **Marxismo, Política Social e Direitos***. BOSCHETTI, Ivanete. BEHRING, Elaine. LIMA, Rita de L. (org.). São Paulo: Cortez, 2018. p. 39-72.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Sobre a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes. In: FÁVERO, Osmar (org.) **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Campinas, São Paulo: Autores Associados. Niterói/RJ: EDUFF, 2005, p. 7-40.

DUARTE, Janaína. Velhos e novos dilemas da educação superior brasileira em tempos de covid-19. In: SANTOS, Leonardo Moreira dos; SOUSA, Raquel de Brito; NOGUEIRA, Yan Carlos (Orgs). **Humanidades em tempos de trabalho remoto**: Educação, Universidade e Saberes. Porto Alegre, RS: Editora Fundação Fênix, 2021.

DUARTE, Janaína; LIMA, Kátia. Fascistização e educação superior: O futuro da universidade pública em xeque. In: **Argumentum**. N.14 (1). Vitória: PPGPS/UFES, 2022, p. 7-25.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975a.

FERNANDES, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus Editora, 1966b.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Expressão popular, 2020c.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

FERNANDES, Florestan. **A Universidade Brasileira: Reforma ou revolução.** São Paulo: Editora Alfa Omega, 1975d.

GUERRA, Yolanda. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. *In:* GUERRA, Yolanda *et al.* **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica.** Campinas: Papel Social, 2018, p. 25-46.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações.** Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LEHER, Roberto. **Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente: um estudo a partir de Florestan Fernandes.** Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LEWGOY, Alzira. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para formação e exercício profissional.** 2. ed. São Paulo. Cortez, 2010.

LIMA, Kátia. Desafio educacional brasileiro e ofensiva ultraconservadora do capital. *In:* **Revista Universidade e Sociedade.** Ano XXIX. Edição Especial América Latina - out./2019. Brasília: ANDES-SN, p. 8-39. Disponível em: [https://www.andes.org.br/sites/universidade\\_e\\_sociedade](https://www.andes.org.br/sites/universidade_e_sociedade). Acesso em: 17 abr. 2024.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

ORTIZ, Fátima Grave. Notas sobre as diretrizes curriculares: avanços, impasses e desafios. *In:* GUERRA, Yolanda; LEITE, Janete Luzia; ORTIZ, Fátima Grave (Org.). **Temas contemporâneos: o Serviço Social em foco.** São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 11-31.

PEREIRA, Larissa. **Educação e Serviço Social: da Igreja ao empresariado.** 2022. Disponível em: [https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/e-book\\_larissa-min](https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/e-book_larissa-min) Acesso em: 09 abr. 2023.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior. Democratização ou massificação mercantil? **Educação & Sociedade,** Campinas, v. 36, n. 133, p. 967-889, out./dez. 2015. Disponível em: [scielo.br/j/es/a/mXnfvfHVvs7q5gHBRkDSLrGXr/?format=pdf&lang=pt](https://scielo.br/j/es/a/mXnfvfHVvs7q5gHBRkDSLrGXr/?format=pdf&lang=pt) Acesso em: 01 nov. 2023.